

**ECORIOMINAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**  
(Anteriormente denominada Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel)  
CNPJ/MF nº 29.884.545/0001-90 - NIRE 35.300.514.289

**Relatório da Administração 2023**

**Introdução:** A EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A., em conformidade com as disposições estatutárias legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Companhia:** A EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A. ("EcoRioMinas" ou "Companhia"), foi constituída em 20 de fevereiro de 2018 com o nome Concessionária do Rodoanel Norte S.A. – Ecorodoanel. Em 14 de julho de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou a alteração: (i) da razão social da Companhia para EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A., e (ii) do objeto social, passando a ser uma Sociedade de Propósito Específico, tendo por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço nos trechos da Rodovia BR-116/RJ, entre o entroncamento com a BR-101/RJ (Trevo das Margaridas), no município do Rio de Janeiro (RJ), e o entroncamento com a BR-465, em Seropédica (RJ); Rodovia BR-116/RJ, entre o entroncamento com a BR-393, no distrito de Jamapará (RJ), e o entroncamento com a BR-040 (A)/493 (B)/RJ-109, em Duque de Caxias (RJ); Rodovia BR-116/MG, entre o entroncamento com a BR-381/451, em Governador Valadares (MG), e a divisa dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro; Rodovia BR-493/RJ, entre o entroncamento com a BR-101 (Manilha), em Itaboraí (RJ), e o entroncamento com a BR-116 (Santa Guilhermina), em Magé (RJ); Rodovia BR-493/RJ, entre o entroncamento com a BR-040/116 (B), em Duque de Caxias (RJ), e o Porto de Itaguaí (RJ); e Rodovia BR-465/RJ – Trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-116 e o entroncamento com a BR-101. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, foi assinado em 19 de agosto de 2022, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 21 de setembro de 2022, e possui prazo final em 21 de setembro de 2052. **Destaques operacionais e financeiros:** O volume de tráfego atingiu 40.713 mil veículos equivalentes pagantes em 2023. A receita líquida atingiu R\$1.567,5 milhões em 2023. A receita líquida ajustada (excluindo a receita de construção) totalizou R\$548,1 milhões em 2023. O EBITDA ajustado<sup>2</sup> totalizou R\$382,4 milhões em 2023 e a margem EBITDA ajustada<sup>2</sup>, 69,8%.

Destaques (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Volume de tráfego <sup>1</sup>	40.713	4.179	n.m.
Tarifa Média	14,65	16,91	-13,4%
Receita líquida	1.567,5	139,2	n.m.
EBITDA Ajustado <sup>2</sup>	382,4	37,4	n.m.
Margem EBITDA Ajustada <sup>2</sup>	69,8%	n.m.	n.m.
Capex	1.181,6	93,6	n.m.

<sup>1</sup> Em milhares de veículos equivalentes pagantes. Início da cobrança de pedágio em 22 de setembro de 2022.

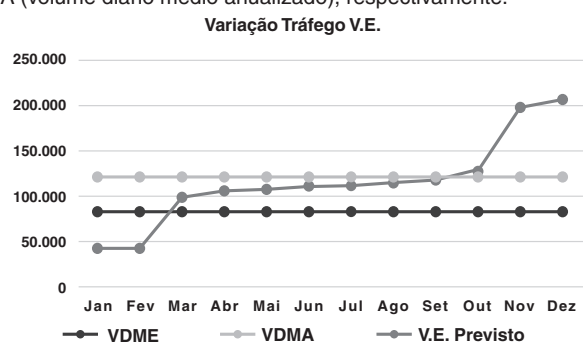
<sup>2</sup> Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção. **Volume de tráfego:** O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 40.713 mil em 2023, sendo 16.674 mil veículos leves e 24.039 mil

veículos pesados. A EcoRioMinas iniciou a cobrança de pedágio no dia 22 de setembro de 2022, nas praças Engenheiro Pierre Berman, Santa Guilhermina e Santo Aleixo. Em 01 de março de 2023, a Companhia iniciou a cobrança de pedágio nas praças Viúva Graça e Viúva Graça (B), que representam, em conjunto, aproximadamente 32% da receita de pedágio total prevista da concessão. Em 27 de outubro de 2023, a Companhia, iniciou a cobrança de pedágio nas praças Itaguaí/RJ, Leopoldina/MG, Laranjal/MG, São João do Manguçu/MG, Santa Bárbara do Leste/MG, Inhapim/MG e Engenheiro Caldas/MG, a partir da zero hora. Em 18 de dezembro de 2023, a Companhia, iniciou a cobrança de pedágio nas praças Magé/RJ e Guapimirim/RJ, a partir da zero hora, e desativou as praças Engenheiro Pierre Berman, Santa Guilhermina e Santo Aleixo, conforme contrato de concessão. Em 29 de dezembro de 2023, a Companhia, iniciou a cobrança de pedágio na praça remanescente em São Francisco do Glória/MG, a partir da zero hora, atingindo assim, a arrecadação integral da receita de pedágio da concessionária.

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2023	2022	Var.
Leves	16.674	2.078	n.m.
Pesados	24.039	2.100	n.m.
Total	40.713	4.178	

*Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.*

**Caracterização do Tráfego:** A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês no ano base, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente.



**Tarifa e tarifa média:** A tarifa média por veículo equivalente pagante foi de R\$14,65 em 2023.

Tarifa Média (em R\$)	2023	2022	Var.
EcoRioMinas	14,65	16,91	-13,4%

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo, vigente em 31 de dezembro de 2023.

Pça.	Valor da tarifa por praça de pedágio (em R\$) - Vigente em 31/12/2023														
	Categoria de veículo														
P1	18,60	37,20	27,90	55,80	37,20	74,40	93,00	111,60	-	130,20	148,80	167,40	186,00	204,60	223,20
P2	13,00	26,00	19,50	39,00	26,00	52,00	65,00	78,00	-	91,00	104,00	117,00	130,00	143,00	156,00
P3	13,00	26,00	19,50	39,00	26,00	52,00	65,00	78,00	-	91,00	104,00	117,00	130,00	143,00	156,00
P4	15,10	30,20	22,65	45,30	30,20	60,40	75,50	90,60	-	105,70	120,80	135,90	151,00	166,10	181,20
P5	15,10	30,20	22,65	45,30	30,20	60,40	75,50	90,60	-	105,70	120,80	135,90	151,00	166,10	181,20
P6	10,10	20,20	15,15	30,30	20,20	40,40	50,50	60,60	-	70,70	80,80	90,90	101,00	111,10	121,20
P7	18,60	37,20	27,90	55,80	37,20	74,40	93,00	111,60	-	130,20	148,80	167,40	186,00	204,60	223,20
P8	19,40	38,80	29,10	58,20	38,80	77,60	97,00	116,40	-	135,80	155,20	174,60	194,00	213,40	232,80
P9	13,30	26,60	19,95	39,90	26,60	53,20	66,50	79,80	-	93,10	106,40	119,70	133,00	146,30	159,60
P10	11,80	23,60	17,70	35,40	23,60	47,20	59,00	70,80	-	82,60	94,40	106,20	118,00	129,80	141,60
P11	10,90	21,80	16,35	32,70	21,80	43,60	54,50	65,40	-	76,30	87,20	98,10	109,00	119,90	130,80
P12	8,90	17,80	13,35	26,70	17,80	35,60	44,50	53,40	-	62,30	71,20	80,10	89,00	97,90	106,80
P13	9,90	19,80	14,85	29,70	19,80	39,60	49,50	59,40	-	69,30	79,20	89,10	99,00	108,90	118,80
P14	12,20	24,40	18,30	36,60	24,40	48,80	61,00	73,20	-	85,40	97,60	109,80	122,00	134,20	146,40
P15	9,80	19,60	14,70	29,40	19,60	39,20	49,00	58,80	-	68,60	78,40	88,20	98,00	107,80	117,60

**Receita bruta:** A receita bruta totalizou R\$1.616,7 milhões em 2023. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$49,1 milhões. **Receita de Pedágio:** R\$596,8 milhões em 2023, devido ao início da cobrança de pedágio parcialmente em setembro/22, março/23, outubro/23 e dezembro/23. **Receita de Construção:** R\$1.019,5 milhões em 2023, devido às obras contratuais iniciais realizadas no período.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Receitas de Pedágio	596,8	70,7	n.m.
Receitas Acessórias	0,4	-	n.m.
Receita de Construção	1.019,5	74,3	n.m.
Total	1.616,7	145,0	n.m.

O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$1.761,7 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2023.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
Receitas de Pedágio	596,8	70,7	-
Receitas Acessórias	0,4	-	-
Receita de Construção	1.019,5	74,3	-
Total	1.616,7	145,0	-

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 18 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$1.201,6 milhões em 2023. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$165,7 milhões. As principais variações foram:

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Pessoal	31,6	5,6	n.m.
Conservação e manutenção	10,5	1,4	n.m.
Serviços de terceiros	80,0	12,1	n.m.
Seguros, Poder Concedente e Locações	26,1	6,5	n.m.
Outros	17,4	1,8	n.m.
<b>Custos caixa</b>	<b>165,7</b>	<b>27,4</b>	<b>n.m.</b>
Depreciação e amortização	16,4	0,1	n.m.
Custo de construção	1.019,5	74,3	n.m.
<b>TOTAL</b>	<b>1.201,6</b>	<b>101,9</b>	<b>n.m.</b>

**Pessoal:** R\$31,6 milhões em 2023, devido a despesas com salários, benefícios e encargos incorridos pelo período início das atividades operacionais da Companhia. **Conservação e manutenção:** R\$10,5 milhões em 2023, devido, principalmente, as despesas com conservação de revestimento vegetal e material de manutenção e conservação. **Serviços de terceiros:** R\$80,0 milhões em 2023, devido, principalmente, aos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., e pelos custos com serviços de ambulâncias e resgates e remoções. **Seguros, poder concedente e locações:** R\$26,1 milhões em 2023, devido, principalmente, pelos custos com Taxa de Fiscalização para ao poder concedente e com locações de veículos leves. **Outros:** R\$17,4 milhões em 2023, devido aos gastos iniciais incorridos pelo início das atividades operacionais, principalmente, com combustíveis de veículos leves e pesados e material elétrico. **Depreciação e amortização:** R\$16,4 milhões em 2023, devido ao período completo da amortização dos bens da concessão, em função do início da arrecadação. **Custo de construção:** R\$1.019,5 milhões em 2023, em função do cronograma de obras iniciais de acordo com o contrato de concessão da Companhia. O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$1.303,5 milhões corresponde aos custos e despesas operacionais desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2023.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
Custos	1.201,6	101,9	-

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

**EBITDA**  
Em 2022, o EBITDA totalizou R\$382,4 milhões. O EBITDA ajustado<sup>3</sup>, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$382,4 milhões e a margem EBITDA ajustada<sup>3</sup>, 69,8%.

EBITDA (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Lucro líquido do período	268,4	50,2	n.m.
Depreciação e amortização	16,4	0,1	n.m.
Resultado Financeiro	(19,6)	(22,2)	-11,4%
Imposto de renda e contribuição social	117,2	9,3	n.m.
Receita de Construção	1.019,5	74,3	n.m.
Custo de Construção	(1.019,5)	(74,3)	n.m.
<b>EBITDA<sup>1</sup></b>	<b>382,4</b>	<b>37,4</b>	<b>n.m.</b>
Provisão para manutenção <sup>2</sup>	-	-	n.m.
<b>EBITDA Ajustado<sup>3</sup></b>	<b>382,4</b>	<b>37,4</b>	<b>n.m.</b>
Margem EBITDA Ajustada <sup>3</sup>	69,8%	57,7%	0,1 p.p.

<sup>1</sup> Cálculo realizado de acordo com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022. <sup>2</sup> A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica na rodovia. <sup>3</sup> Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

**Resultado financeiro:** O resultado financeiro líquido em 2023 foi positivo em R\$19,6 milhões, redução de R\$2,5 milhões em relação a 2022 (-11,4%), em função dos juros sobre a segunda emissão de debêntures da Companhia.

Resultado Financeiro (em milhares de R\$)	2023	2022	Var.
Juros sobre Debêntures	(15,7)	-	n.m.
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(1,9)	-	n.m.
Juros Capitalizados	6,9	-	n.m.
Receitas de aplicações financeiras	32,7	20,7	57,9%
Outros efeitos financeiros	(2,4)	1,5	n.m.
<b>TOTAL</b>	<b>19,6</b>	<b>22,2</b>	<b>-11,4%</b>

**Lucro do Exercício:** Em 2023, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$268,4 milhões, aumento de R\$218,2 milhões em relação a 2022. **Disponibilidade Financeira e Endividamento:** A EcoRioMinas encerrou o exercício de 2023 com saldos distribuídos entre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo no valor de R\$112,9 milhões. A dívida com o Poder Concedente era de R\$9,7 milhões e o passivo de arrendamento de R\$2,3 milhões. A dívida líquida encerrou o ano em R\$298,5 milhões com o indicador de Dívida Líquida/EBITDA ajustado em 0,8x. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 11 e 12 das Demonstrações Financeiras.

Endividamento (em milhões de R\$)	31/12/2023	31/12/2022	Var.
<b>Curto Prazo</b>	<b>12,3</b>	-	<b>n.m.</b>
Debêntures	12,3	-	n.m.
<b>Longo Prazo</b>	<b>399,1</b>	-	<b>n.m.</b>
Debêntures	399,1	-	n.m.
<b>Dívida Bruta<sup>1</sup></b>	<b>411,5</b>	-	<b>n.m.</b>
Obrigações com Poder Concedente	9,7	3,5	176,2%
Passivo de Arrendamento	2,3	-	n.m.
<b>Endividamento Bruto</b>	<b>423,4</b>	<b>3,5</b>	<b>n.m.</b>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	112,9	359,9	-68,6%
<b>Endividamento Líquido</b>	<b>310,5</b>	<b>(356,4)</b>	<b>n.m.</b>
<b>Dívida Líquida<sup>1</sup></b>	<b>298,5</b>	<b>(359,9)</b>	<b>n.m.</b>

<sup>1</sup> Exclui obrigações com Poder Concedente e Passivo de Arrendamento. **Investimentos:** Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$1.175,3 milhões em 2023.

CAPEX (em milhões de R\$)	Intangível/Imobilizado	Custo de Manutenção/Construção	Total
EcoRioMinas	1.175,3	-	1.175,3

CAPEX (em milhões de R\$)	2023	2022	2021
Hardware e equipamentos de pedágio	109,3	2,1	-
Máquinas e equipamentos/móveis e utensílios	13,0	0,1	-
Contrato de concessão	361,0	44,2	-
Intangível em andamento	687,5	47,2	-
Software de terceiros	4,5	0,0	-
<b>Total</b>	<b>1.175,3</b>	<b>93,6</b>	-

A tabela abaixo demonstra os valores dos investimentos acumulados desde o início da concessão.

Investimentos (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
Intangível	1.053,0	91,4	-
Imobilizado	122,3	2,2	-
<b>Total</b>	<b>1.175,3</b>	<b>93,6</b>	-

**Valor Adicionado:** Em 2023, o valor adicionado líquido gerado com riqueza atingiu R\$450,5 milhões, isto é, 27,9% de representatividade em relação à receita operacional bruta.

Demonstração do Valor Adicionado (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Valor adicionado líquido	450,5	49,0	n.m.
Receita operacional bruta	1.616,7	145,0	n.m.
Representatividade	27,9%	33,8%	-5,9 p.p.

O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2023 foi de R\$27,0 milhões.

Impostos Municipais repassados (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
ISS - Imposto Sobre Serviço	27,0	3,2	-

**Dividendos e Juros sobre capital próprio:** Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram pagos R\$245,261 mil à título de dividendos e juros sobre o capital próprio. Para maiores informações, vide Nota Explicativa nº 17 das Demonstrações Financeiras da Companhia. **Planejamento e Gestão empresarial:** O êxito que a Companhia vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes deve-se, em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. Em 2023, a Companhia manteve a certificação na ISO 9001:2015 - Sistema de Gestão da Qualidade. Esse sistema tem como objetivo a melhoria contínua a partir de seus princípios fundamentais: ✓ Foco no cliente; ✓ Liderança; ✓ Abordagem do processo; ✓ Melhoria; ✓ Tomada de decisão baseada em evidência; ✓ Gestão de relacionamento. **Recursos Humanos:** Em 2023, a Companhia investiu R\$178,3 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais. Os funcionários alocados na concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 de dezembro de 2023. Para facilitar

continuação

**ECORIOMINAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**  
(Anteriormente denominada Concessionária do Rododanel Norte S.A. - Ecorodoanel)  
CNPJ/MF nº 29.884.545/0001-90 - NIRE 35.300.514.289

**Balanco Social**

1 - Base de cálculo	2023		2022	
	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	Valor em R\$ mil	% sobre FPB
Faturamento Bruto	1.616.670	71%	144.981	16%
Receita líquida (RL)	1.567.547	97%	139.166	19%
Resultado Operacional (RO)	365.925	4%	37.315	0%
Folha de Pagamento bruta (FPB)	31.645	0%	5.570	0%
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	31.645	0%	5.570	0%
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	0	0%	0	0%

2 - Indicadores sociais internos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	3.934	71%	3%	871	16%	1%
Encargos sociais	5.410	97%	4%	1.042	19%	1%
Previdência privada	231	4%	0%	48	1%	0%
Saúde	3.556	64%	3%	467	8%	0%
Segurança e Saúde no trabalho	300	5%	0%	3	0%	0%
Educação	14	0%	0%	0	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	178	3%	0%	0	0%	0%
Creches ou auxílio creche	55	1%	0%	8	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	1.461	26%	1%	353	6%	0%
Outros	0	0%	0%	0	0%	0%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>15.139</b>	<b>272%</b>	<b>11%</b>	<b>2.792</b>	<b>50%</b>	<b>2%</b>

3 - Indicadores sociais externos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	0	0%	0%	0	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde e saneamento	31	1%	0%	0	0%	0%
Esporte	0	0%	0%	0	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	0	0%	0%
Outros	26	0%	0%	7	0%	0%
<b>Total de contribuições à sociedade</b>	<b>57</b>	<b>1%</b>	<b>0%</b>	<b>7</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>
Tributos (Exceto encargos sociais)	0	0%	0%	0	0%	0%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>57</b>	<b>1%</b>	<b>0%</b>	<b>7</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>

4 - Indicadores ambientais	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	2.343	42%	2%	646	12%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	820	15%	1%	400	7%	0%
<b>Total de investimentos em meio ambiente</b>	<b>3.163</b>	<b>57%</b>	<b>2%</b>	<b>1.046</b>	<b>19%</b>	<b>1%</b>

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	( ) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%	( ) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%
--	--	--

5 - Indicadores do corpo funcional	602	222
Nº de colaboradores ao final do período	602	222
Tempo de serviço	47% até seis meses 18% de seis meses a um ano 32% entre um e dois anos 1% entre dois e cinco anos 3% mais de cinco anos	4% até seis meses 90% de seis meses a um ano 3,2% entre um e dois anos 2,8% entre dois e cinco anos 0% mais de cinco anos
Nº de admissões durante o período	419	208
Nº de demissões durante o período	52	8
Nº de colaboradores terceirizados	2.130	0
Nº de estagiários (as)	0	0
Nº de colaboradores com até 18 anos	1	0
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	116	21
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	404	167
Nº de colaboradores acima de 45 anos	81	34
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	315	77
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	50,0	50,0
Remuneração paga a mulheres no período	6.560.769	1.001.935
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	354	134
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0	0

5 - Indicadores do corpo funcional		
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	11	0
Total de horas extras trabalhadas	44.608	6.652
Total de horas extras pagas	710.443	105.550
Total de INSS pagos	4.180	868
Total de FGTS pago	1.230	227
Total de Contribuição Sindical paga	16	0
Total de demais encargos sociais pagos	0	0
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IR recolhido no período	19.145	7.136
Total de CSLL recolhidos no período	1.031	2.630
Total de PIS recolhidos no período	0	9
Total de COFINS recolhidos no período	0	54
Total de outros tributos recolhidos no período	27.008	3.219

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	3215%	4052%

Número total de acidentes de trabalho	0	0
---------------------------------------	---	---

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	( ) direção (X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores	( ) direção (X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores
---	---	---

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	(X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores ( ) todos + CIPA	(X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores ( ) todos + CIPA
---	--	--

Quanto a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT	( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT
---	--	--

A previdência privada contempla	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
---------------------------------	---	---

A participação nos lucros ou resultados contempla	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
---	---	---

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos
--	---	---

Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	( ) não se envolve ( ) apóia (X) organiza e incentiva	( ) não se envolve ( ) apóia (X) organiza e incentiva
--	---	---

% de reclamações e críticas solucionadas	99,8% na Concessionária 0% no PROCON 0,2% na Justiça	99,9% na Concessionária 0,1% no PROCON 0% na Justiça
--	--	--

Valor adicionado total a distribuir		
Distribuição do Valor Adicionado	34,3% governo 55,5% acionistas 6,5% colaboradores 3,7% terceiros	21,1% governo 70,3% acionistas 7,8% colaboradores 0,8% terceiros

**RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES**  
Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2023: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") para o período encerrado em 31 de dezembro de 2023 e período encerrado em 30 de setembro de 2023 (especialmente elaborado para fins de abertura de capital); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2023 totalizaram R\$532,6 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**  
A Diretoria da EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Magé – RJ, 13 de março de 2024.

**A Administração**

**Balanco Patrimonial Levantado em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$)**

Ativo	Nota explicativa	31/12/2023		31/12/2022		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2023		31/12/2022	
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	88.943	358.323			Fornecedores.....	11	112.369	20.792		
Aplicações financeiras.....	6	23.996	1.570			Debêntures.....	12	12.311	-		
Clientes.....	7	54.432	15.449			Passivo de arrendamento.....	13	697			
Tributos a recuperar.....		2.387	528			Obrigações sociais e trabalhistas.....		3.650	1.111		
Despesas antecipadas.....		1.740	2.282			Partes relacionadas.....		3.946	4.133		
Partes relacionadas.....	13	1	12			Impostos, taxas e contribuições a recolher.....		16.056	4.691		
Outros créditos.....		16.320	3.983			Provisão para imposto de renda e contribuição social.....	10.c)	36.172	3.495		
Total do ativo circulante.....		<u>187.819</u>	<u>382.147</u>			Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.....	17.d)	3.787	4.454		
<b>Não circulante</b>						Obrigações com poder concedente.....	14	6.698	2.537		
Tributos diferidos.....	10.a)	-	4.392			Outras contas a pagar.....		2.182	58		
Outros créditos - Conta reserva - Poder concedente.....	14.b)	7.999	1.878			Total do passivo circulante.....		<u>197.868</u>	<u>41.271</u>		
Tributos a recuperar.....		-	15.857			<b>Não circulante</b>					
Outros créditos.....		29.861	2.272			Debêntures.....	11	399.148	-		
Imobilizado.....	8	108.589	2.140			Passivo de arrendamento.....	12	1.574	-		
Intangível.....	9	1.157.751	104.861			Tributos diferidos.....	10.a)	4.707	-		
Total do ativo não circulante.....		<u>1.304.200</u>	<u>131.400</u>			Obrigações com poder concedente.....	14	2.999	974		
<b>Total do ativo.....</b>		<b><u>1.492.019</u></b>	<b><u>513.547</u></b>			Provisão para perdas cíveis.....	16	35	-		
						Provisão para construção de obras futuras.....	15	9.182	13.497		
						Outras contas a pagar.....		38.444	2.223		
						Total do passivo não circulante.....		<u>456.089</u>	<u>16.694</u>		
						<b>Patrimônio líquido</b>					
						Capital social.....	17.a)	834.487	834.487		
						A integralizar.....	17.a)	(34.492)	(393.206)		
						Reserva de lucro - legal.....	17.b)	14.356	938		
						Reserva de lucro - orçamento de capital.....	17.c)	-	13.363		
						Dividendos adicionais propostos.....	17.d)	23.711	-		
						Total do patrimônio líquido.....		<u>838.062</u>	<u>455.582</u>		
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido.....</b>		<b><u>1.492.019</u></b>	<b><u>513.547</u></b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das mutações no patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)**

Em 1º de janeiro de 2022...	Nota explicativa	Reserva de Lucros						Total
		Capital social		Reserva		Dividendos adicionais		
		Subscrito	A integralizar	Legal	Orçamento de capital	propostos	Lucros/(Prejuízos) acumulados	
Aumento de Capital.....		47.626	-	-	-	-	(31.426)	16.200
Lucro do exercício.....		786.861	(393.206)	-	-	-	-	393.655
Destinação do lucro:								
Reserva legal.....	17.d)	-	-	938	-	-	(938)	-
Dividendos mínimos obrigatórios.....	17.d)	-	-	-	-	-	(4.454)	(4.454)
Constituição de reserva - orçamento de capital.....	17.d)	-	-	-	13.363	-	(13.363)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022.....</b>		<b>834.487</b>	<b>(393.206)</b>	<b>938</b>	<b>13.363</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>455.582</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2023.....</b>		<b>834.487</b>	<b>(393.206)</b>	<b>938</b>	<b>13.363</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>455.582</b>
Integralização de Capital.....	17.a)	-	358.714	-	-	-	-	358.714
Reversão reserva - dividendos pagos.....	17.c)	-	-	-	(13.363)	-	-	(13.363)
Lucro do exercício.....		-	-	-	-	-	268.360	268.360
Destinação do lucro:								
Reserva legal.....	17.d)	-	-	13.418	-	-	(13.418)	-
Dividendos intermediários.....	17.d)	-	-	-	-	-	(189.946)	(189.946)
Juros sobre capital próprio.....	17.d)	-	-	-	-	-	(41.285)	(41.285)
Dividendos adicionais propostos.....	17.d)	-	-	-	-	23.711	(23.711)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2023.....</b>		<b>834.487</b>	<b>(34.492)</b>	<b>14.356</b>	<b>-</b>	<b>23.711</b>	<b>-</b>	<b>838.062</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Receita líquida.....	Nota explicativa	31/12/2023		31/12/2022	
Custo dos serviços prestados.....	18	1.567.547	139.166	(1.164.843)	(92.832)
<b>Lucro bruto.....</b>	19	<b>402.704</b>	<b>46.334</b>		
Despesas gerais e administrativas.....	19	(36.774)	(9.021)		
Outras receitas (despesas), líquidas		(5)	2		
<b>Lucro operacional.....</b>		<b>365.925</b>	<b>37.315</b>		
Receitas financeiras.....	20	33.199	22.443		
Despesas financeiras.....	20	(13.572)	(284)		
<b>Receitas (despesas) financeiras, líquidas.....</b>		<b>19.627</b>	<b>22.159</b>		
<b>Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social.....</b>		<b>385.552</b>	<b>59.474</b>		</

continuação			ECORIOMINAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A. (Anteriormente denominada Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecordoanel) CNPJ/MF nº 29.884.545/0001-90 - NIRE 35.300.514.289	
Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais)				
	31/12/2023	31/12/2022		
Lucro líquido do exercício.....	268.360	50.181	Obrigações sociais e trabalhistas .....	2.539 1.111
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:			Partes relacionadas - fornecedores .....	(187) 4.044
Depreciações e amortizações .....	16.443	97	Impostos, taxas e contribuições a recolher.....	11.365 4.685
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível .....	2.389	-	Pagamento de provisão para perdas cíveis .....	(43) -
Capitalização de juros.....	(6.936)	-	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente .....	(19.750) (3.811)
Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures e arrendamentos .....	17.010	-	Outras contas a pagar .....	38.345 2.281
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias.....	73	-	Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(75.416) (10.214)
Atualização monetária de provisão para perdas cíveis .....	5	-	<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b> .....	<b>420.312 59.737</b>
Atualização monetária da provisão para construção de obras.....	1.889	-	Fluxos de caixa das atividades de investimentos...	
Obrigações com Poder Concedente.....	19.815	5.444	Aquisição de imobilizado .....	(122.370) (2.201)
Tributos diferidos .....	9.099	(4.392)	Aquisição de intangível .....	(1.052.247) (91.400)
Provisão para imposto de renda e contribuição social .....	108.093	13.685	Aplicações financeiras.....	(22.426) (1.564)
Variação nos ativos operacionais:			<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b> .....	<b>(1.197.043) (95.165)</b>
Cientes.....	(38.983)	(15.449)	<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	
Partes relacionadas - clientes.....	11	(12)	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos.....	(245.261) -
Tributos a recuperar .....	13.998	(169)	Pagamento de arrendamentos .....	(551) -
Despesas antecipadas.....	542	(2.282)	Juros pagos sobre arrendamentos .....	(187) -
Outros créditos.....	(39.926)	(6.254)	Captação de debêntures .....	394.636 -
Variação nos passivos operacionais:			Aporte/integração de capital .....	358.714 393.655
Fornecedores.....	91.577	20.792	<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b> .....	<b>507.351 393.655</b>
			Aumento (redução) de caixa e equivalentes .....	(269.380) 358.227
			Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	358.323 96
			Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	88.943 358.323
			<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes.....</b>	<b>(269.380) 358.227</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), foi constituída em 20 de fevereiro de 2018 com o nome Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecordoanel. Em 14 de julho de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou a alteração: (i) da razão social da Companhia para EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A., e (ii) do objeto social, passando a ser uma Sociedade de Propósito Específico, tendo por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço nos trechos da Rodovia BR-116/RJ, entre o entroncamento com a BR-101/RJ (Trevo das Margaridas), no município do Rio de Janeiro (RJ), e o entroncamento com a BR-465, em Seropédica (RJ); Rodovia BR-116/RJ, entre o entroncamento da BR-393, do distrito de Jamarapá (RJ), e o entroncamento com a BR-040 (A)/493 (B)/RJ-109, em Duque de Caxias (RJ); Rodovia BR-116/MG, entre o entroncamento com a BR-381/451, em Governador Valadares (MG), e a divisa dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro; Rodovia BR-493/RJ, entre o entroncamento com a BR-101 (Manilha), em Itaboraí (RJ), e o entroncamento com a BR-116 (Santa Guilhermina), em Magé (RJ); Rodovia BR-493/RJ, entre o entroncamento com a BR-040/116 (B), em Duque de Caxias (RJ), e o Porto de Itaguaí (RJ); e Rodovia BR-465/RJ - Trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-116 e o entroncamento com a BR-101. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 19 de agosto de 2022, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 21 de setembro de 2022, e possui prazo final em 21 de setembro de 2052. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota 14.c). A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Santos Dumont, S/N, Km 133,5, na cidade de Magé, estado do Rio de Janeiro. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota 14.c). As ações da Companhia são de titularidade da Ecordodvias Concessões e Serviços S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. Em 12 de março de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras. a) Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (ESG - Environmental, Social and Governance na sigla em Inglês): Com o objetivo de trabalhar os temas ESG e contribuir com a Sustentabilidade do nosso negócio, o Grupo EcoRodovias, aprovou a sua Agenda ESG 2030, no Conselho de Administração. Dentro dessa agenda, o Grupo EcoRodovias traça diversos compromissos, incluindo o pilar de estratégia climática, relacionada a mitigação das emissões dos gases de efeito estufa. Para maiores informações vide o Relatório Integrado 2023 da EcoRodovias. O objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. Outro compromisso da Agenda ESG 2030 é com relação à adaptação do Grupo EcoRodovias às mudanças climáticas. Nesse tópico, o Grupo EcoRodovias já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia. c) Reforma tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. d) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As

alterações mencionadas acima não causaram impactos materiais para a Companhia.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, a preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

**3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

As políticas contábeis materiais aplicados na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercício subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (Nota 20). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar

deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ativos intangíveis:** O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota 9.e Intangível, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. c) Provisões gerais: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que ocorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras com a transação em questão. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. e) Custos de debêntures: Os custos de debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. f) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzidas de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base em cada contrato de concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos nas rodovias administradas pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI); no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação. A Companhia possui mecanismo de Desconto Básico de Tarifa (DBT), no qual os usuários que utilizarem meios de pagamento eletrônico e identificação automática de veículo (AVI), terão direito a um desconto incondicional de 5% (cinco por cento) sobre a tarifa de pedágio. Em relação ao Desconto Básico de Tarifa (DBT), uma vez que é um desconto incondicional, a receita é demonstrada pelo seu valor líquido, ou seja, 95% do valor da Tarifa Base de Pedágio. A Companhia também possui mecanismo de retenção sobre a receita bruta auferida, para ser utilizado eventualmente em futuros reequilíbrios contratuais, de acordo com o contrato de concessão (vide Nota 14.b. g) Arrendamento: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como passivo de arrendamento com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês). h) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos": a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação": a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs; (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b.(i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração entra em vigor em 1º de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. i) Lucro básico e diluído por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. j) Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição

continua



continuação

**ECORIOMINAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**  
(Anteriormente denominada Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel)  
CNPJ/MF nº 29.884.545/0001-90 - NIRE 35.300.514.289

definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. k) Demonstrações do valor adicionado (DVA): A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. l) Participação dos lucros: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, ao EBITDA (*Earnings Before Income Taxes, Depreciation and Amortization*), e metas individuais de cada colaborador. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contractive obligation*).

**4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contemplados a seguir: • Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes; • Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; • Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos. • *Impairment*: Atualmente, a Administração testa eventuais perdas (*impairment*), de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.b. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 9.e). **Contabilização do Contrato de Concessão:** Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetuará análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Os direitos e obrigações da Companhia referentes à Concessão, ocorrerão a partir da assinatura do contrato com Poder Concedente. **Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis:** A Administração da Companhia avaliará o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefício econômico futuro / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não será reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão:** A Companhia reconhecerá o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo será efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utilizará modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão. **Determinação das receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta a prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. **Capitalização dos custos de debêntures:** Conforme descrito na Nota 3.e, a Companhia capitaliza os custos de debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de debêntures, no encerramento de cada mês. **Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos:** A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto de 11,05% ao ano (6,26% em 31 de dezembro de 2022). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês) calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

**Política contábil:** A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos.....	4.065	3.653
Equivalentes de caixa:		
Fundo de investimento (a).....	72.529	30.536
Operações compromissadas (b).....	4.800	-
Aplicações automáticas (c).....	7.549	235
Certificado de depósito bancário CDB (d).....	-	323.899
	<u>88.943</u>	<u>358.323</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2023 a carteira do Fundo de investimento era composta por 75,1% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 24,9% em Cota de Fundo. (Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário e 4,9% aplicações em Cotas de Fundo). As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 102,8% em 31 de dezembro de 2023 (103,4% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 85% do CDI em 31 de dezembro 2023, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF. (c) A Companhia possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, a Companhia mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis. (d) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remuneradas à taxa média ponderada de 0% do CDI em 31 de dezembro 2023, sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

**6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	31/12/2023	31/12/2022
Cota Fundo - BTG CDB Plus (a).....	23.513	1.570
Cotas Fundo - FIDC_ECO (b).....	483	-
	<u>23.996</u>	<u>1.570</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2023, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI (103,4% em 31 de dezembro de 2022), vinculado ao fundo de investimentos. A referida aplicação possui liquidez diária. (b) Em 31 de dezembro 2023,

recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo Ecorodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC\_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI, vinculado ao fundo de investimento.

**7. CLIENTES**

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias. A composição está assim representada:

	31/12/2023	31/12/2022
Pedágio eletrônico (a).....	52.247	12.714
Receitas acessórias (b).....	174	-
Outras contas a receber (c).....	2.132	2.735
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (d).....	(121)	-
	<u>54.432</u>	<u>15.449</u>

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão. (c) Representados, substancialmente, por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio recebidas na modalidade "cartão de crédito". (d) O valor das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer.....	54.415	15.449
Vencidos:		
Até 30 dias.....	34	-
De 31 a 90 dias.....	59	-
De 90 a 120 dias.....	45	-
	<u>54.553</u>	<u>15.449</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2023	30/09/2022
Saldo no início do exercício.....	-	-
Constituição de PECLD.....	(121)	-
Saldo no fim do exercício.....	(121)	-

**8. IMOBILIZADO**

**Política contábil:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Máquinas e Movéis e			
	Hardwares	Equipamentos	Utensílios	Total
Taxa anual de depreciação - %.....	20,0	10,0	10,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %.....	23,1	8,8	11,9	-
	<b>Custo</b>			

Saldo em 31/12/2022.....	2.071	1	129	2.201
Adições.....	109.343	11.776	1.251	122.370
Baixa.....	(2.382)	(8)	-	(2.390)
Transferência.....	-	(378)	-	(378)
Saldo em 31/12/2023.....	<u>109.032</u>	<u>11.391</u>	<u>1.380</u>	<u>121.803</u>
	<b>Depreciação</b>			

Saldo em 31/12/2022.....	(60)	-	(1)	(61)
Adições.....	(12.579)	(485)	(90)	(13.154)
Baixa.....	1	-	-	1
Saldo em 31/12/2023.....	<u>(12.638)</u>	<u>(485)</u>	<u>(91)</u>	<u>(13.214)</u>
	<b>Residual</b>			

Saldo em 31/12/2023.....	96.394	10.906	1.289	108.589
Saldo em 31/12/2022.....	2.011	1	128	2.140

	Máquinas e Movéis e			
	Hardwares	Equipamentos	Utensílios	Total
Taxa anual de depreciação - %.....	20	10	10	-
Taxa média ponderada de depreciação - %.....	5,8	-	1,6	-
	<b>Custo</b>			

Saldo em 31/12/2021.....	-	-	-	-
Adições.....	2.071	1	129	2.201
Saldo em 31/12/2022.....	2.071	1	129	2.201
	<b>Depreciação</b>			

Saldo em 31/12/2021.....	-	-	-	-
Adições.....	(60)	-	(1)	(61)
Saldo em 31/12/2022.....	(60)	-	(1)	(61)
	<b>Residual</b>			

Saldo em 31/12/2022.....	2.011	1	128	2.140
Saldo em 31/12/2021.....	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não forma identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no período findo em 31 de dezembro 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**9. INTANGÍVEL**

**Política contábil:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

	Contrato Intangível de concessão (a)	Software em andamento (c)	Direito de uso - IFRS 16 (b)	Total
Taxa anual de amortização - %.....	-	-	20,0	-
Taxa média ponderada de amortização - %.....	(b)	-	27,69	(d)
	<b>Custo</b>			

Saldos em 31/12/202.....	57.358	47.517	22	104.897
Adições.....	360.957	687.508	4.514	2.822.1.055.801
Transferência.....	169.564	(169.186)	-	378
Saldos em 31/12/202.....	<u>587.879</u>	<u>565.839</u>	<u>4.536</u>	<u>2.822.1.161.076</u>
	<b>Amortização</b>			

Saldos em 31/12/202.....	(35)	-	(1)	(36)
Adições.....	(2.027)	-	(631)	(3.289)
Saldos em 31/12/202.....	<u>(2.062)</u>	<u>-</u>	<u>(632)</u>	<u>(3.325)</u>
	<b>Residual</b>			

Em 31/12/2023.....	585.817	565.839	3.904	2.191.1.157.751
Em 31/12/2022.....	57.323	47.517	21	104.861

	Contrato de concessão (a)	Intangível em andamento (c)	Software de uso - IFRS 16 (b)	Total
Taxa anual de amortização - %.....	-	-	20,0	-
Taxa média ponderada de amortização - %.....	(b)	-	9,09	-
	<b>Custo</b>			

Saldos em 31/12/2021.....	-	-	-	-
Adições.....	57.719	47.156	22	104.897
Transferência.....	(361)	361	-	-
Saldos em 31/12/2022.....	<u>57.358</u>	<u>47.517</u>	<u>22</u>	<u>104.897</u>
	<b>Amortização</b>			

Saldos em 31/12/2021.....	-	-	-	-
Adições.....	(35)	-	(1)	(36)
Saldos em 31/12/2022.....	<u>(35)</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>(36)</u>
	<b>Residual</b>			

Em 31/12/2022.....	57.323	47.517	21	104.861
Em 31/12/2021.....	-	-	-	-

(a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária. Em 31 de dezembro de 2023, as principais adições nesta rubrica referem-se a: reabilitação e levantamento de parâmetros de pavimentos e sinalização e implantações de infraestrutura. (b) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2023 foram 0,50% a.a. (0,12% a.a. em 31 de dezembro 2022). (c) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2023 referem-se a: estudos, consultoria e implantações de projetos e reabilitação e conserva de pavimentos. (d)

Amortização realizada conforme prazo de contrato de arrendamento.: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram capitalizados R\$6.936 referentes a encargos financeiros (R\$0 em 31 de dezembro de 2022) de financiamentos vinculados a intangível em andamento, obtidos através do cálculo do saldo médio de obras em andamento dividido pelo saldo médio de financiamentos e debêntures. (e) *Impairment*: A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem se os ativos intangíveis apresentam valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2023. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos ecapital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultado em: 10,21% a.a. (14,50% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste de *impairment* a ser constituído no resultado do exercício.

**10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**Política contábil:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. a) Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial		Resultado	
	31/12/2022	Adições Baixas	31/12/2023	31/12/2023
Provisão para perdas cíveis.....	-	17 (5)	12	12
Prejuízo Fiscal / Base negativa.....	4.891	- (4.891)	-	(4.891)
Lucro Diferido.....	(499)	(1.904)	-	(2.403)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD....	-	69 (28)	41	41
Juros capitalizados.....	-	1 (2.358)	(2.357)	(2.357)
IR e CS diferido - ativo/passivo.....	<u>4.392</u>	<u>(1.817)</u>	<u>(7.282)</u>	<u>(4.707)</u>
Receita (despesas) de IR e CS diferido.....	-	-	-	<u>(9.099)</u>

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC32 - Tributos sobre o Lucro, parágrafo 72, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2023 R\$4.707 no passivo não circulante (R\$4.392 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2022) e registrou débito de R\$9.099 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício. A Administração preparou estudo acerca da realização futura do passivo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos tributos diferidos seja realizada em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	31/12/2023	31/12/2022
2023.....	-	4.392
2024.....	(2.827)	-
2025.....	(470)	-
2026.....	(470)	-
2027.....	(470)	-
2028.....	(470)	-
	<u>(4.707)</u>	<u>4.392</u>

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social: Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

|--|

continuação

**ECORIOMINAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**  
(Anteriormente denominada Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel)  
CNPJ/MF nº 29.884.545/0001-90 - NIRE 35.300.514.289

Emissão	Descrição da cláusula	Requerido	Atingido
2ª emissão	Divida líquida / EBITDA ajustado (ECS)	≤ 4,75	3,48
O contrato de debênture da Companhia possui cláusula restritiva de "cross default" que estabelece a antecipação das dívidas na ocorrência do não cumprimento de obrigações contratuais da Companhia e de sua controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. Em 31 de dezembro de 2023, inexistiu evento de vencimento antecipado de dívida relacionado a esta cláusula restritiva. A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:			
Série	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido
Série única -			Taxa de juros
2ª Emissão -	15/09/2023 400.000	(5.123)	394.877
	400.000	(5.123)	394.877

**12. PASSIVO DE ARRENDAMENTO**

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações brutas de arrendamentos - pagamentos mínimos de arrendamento:	2.271	-
Circulante	697	-
Não circulante	1.574	-
A movimentação das informações está demonstrada a seguir:		
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	-	-
Adições	2.822	-
Encargos financeiros (Nota 20)	187	-
Pagamento principal	(551)	-
Pagamento de juros	(187)	-
Saldo no fim do exercício	2.271	-

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)			Montantes envolvidos				Outras informações				
			Data início	Data final	Total	A re-lizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Venci-mento	Intan-gível	Garan-tias	Posi-ção contratual		
a)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	01/01/2023	31/03/2023	48.606	83	-	3.812	45 dias	11.423	22.174	14.925	N/A	Devedor
b)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	-	-	-	-	1	134	45 dias	-	-	-	N/A	Devedor/ Credor
c)	Sinelec S.p.A	Outras partes relacionadas	13/12/2023	31/05/2023	1.721	1.721	-	-	45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
Total em 31 de dezembro de 2023								1		3.946				
Total em 31 de dezembro de 2022								3.521		4.133		2.856		5.544

(a) A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., controladora direta, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. (b) Repasse de despesas entre as unidades. (c) A Sinelec S.p.A controlada direta do Grupo ASTM, presta serviços de desenvolvimento e implantação da plataforma HS-VM. **Remuneração dos administradores:** Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em 18 de abril de 2023, a Assembleia Geral Ordinária definiu a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023 em R\$716. A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2024, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração propôs aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$845, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A remuneração dos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração (fixa/variável)	505	-
Remun.com base em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	144	-
Seguro de vida	1	-
Assistência saúde	24	-
Previdência privada	27	-
FGTS	33	-
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS)	111	-
	845	-

**14. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE**

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de Fiscalização (a)	1.698	1.633
Outras (b)	7.999	1.878
	9.697	3.511
Circulante	6.698	2.537
Não circulante	2.999	974

a) A Companhia deverá recolher à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao longo de todo o prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão, tendo início no primeiro mês após a data de Assunção da concessão. A verba anual de fiscalização, definida no Contrato de Concessão, será distribuída em 12 parcelas mensais de mesmo valor e recolhida à conta da ANTT até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2023, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$1.698 (R\$1.633 em 31 de dezembro de 2022). b) Conforme cláusula 12 do Contrato de Concessão da Companhia, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora, da Conta de Aporte e da Conta do Free Flow para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial ou ao Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço do Insumo; (ii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente; (iii) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; e (iv) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão. Será destinado a Conta de Retenção o valor correspondente a 4% (quatro por cento) da Receita Bruta, com exceção das receitas do Free Flow, ao longo de todo o prazo de concessão. O banco depositário deverá transferir 50% (cinquenta por cento) da arrecadação da Conta do Free Flow, auferida por meio efetivo pagamento da tarifa cobrada no Trecho Metropolitano, para a Conta de Ajuste, sendo o restante transferido para a conta de Livre Movimentação. A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	3.511	-
Custo (Nota 19)	19.815	5.444
Retenção conta de ajuste	25.501	3.041
Reembolso DUF ANTT	(19.502)	(1.179)
Rendimento de aplicação conta ajuste (líquido de IRRF e IOF)	122	16
Pagamento	(19.750)	(3.811)
Saldo no fim do exercício	9.697	3.511

c) **Informações do Contrato de Concessão:** Contratante: União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. **Data da assinatura:** 19 de agosto de 2022 (início do prazo da concessão em 21 de setembro de 2022, data da assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência de Bens). **Objeto da Concessão:** Explora pelo regime de concessão a Infraestrutura e a prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, do Sistema Rodoviário Rio de Janeiro (RJ) - Governador Valadares (MG), que compreende as Rodovias BR-116/465/493/RJ/MG, com 726,9 km de extensão. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. **Índice de reajuste:** IPC-A. **Data de reajuste:** 01 de março de cada ano (sendo o primeiro reajuste em 01/03/2024). **Prazo de vigência:** 21 de setembro de 2052. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, somente diante de situações extraordinárias, a critério exclusivo do Poder Concedente, por no máximo 5 (cinco) anos, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de caso furtivo, força maior, fato da administração ou fato do príncipe. Nos casos em que houver estudo ou licitação em andamento para substituição de contrato em vigor e não haja tempo hábil para que para que o vencedor do certame assuma o objeto do Contrato, o prazo de vigência poderá ser estendido nos termos da legislação, a fim de que não haja descontinuidade na prestação do serviço. **Recursos vinculados:** Conforme cláusula 12 do Contrato de Concessão, os Recursos Vinculados

dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Contratos por prazo e taxa de desconto	31/12/2023
Taxa % 1 ano	9,85%
Taxa % 2 anos	9,71%
Taxa % 3 anos	9,71%
Taxa % 4 anos	10,45%
Taxa % 5 anos	10,45%
Taxa % 6 anos em diante	10,45%
Vencimento das prestações	31/12/2023
Menos de 1 ano	750
Entre 1 e 2 anos	727
Entre 2 e 5 anos	1.184
Acima de 5 anos	96
Valores não descontados	2.757
Juros embutidos	(486)
Saldo em 31 de dezembro	2.271

**13. PARTES RELACIONADAS**

A Companhia relaciona serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora direta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*). Em 31 de dezembro de 2023, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)			Montantes envolvidos				Outras informações				
			Data início	Data final	Total	A re-lizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Venci-mento	Intan-gível	Garan-tias	Posi-ção contratual		
a)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	01/01/2023	31/03/2023	48.606	83	-	3.812	45 dias	11.423	22.174	14.925	N/A	Devedor
b)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora	-	-	-	-	1	134	45 dias	-	-	-	N/A	Devedor/ Credor
c)	Sinelec S.p.A	Outras partes relacionadas	13/12/2023	31/05/2023	1.721	1.721	-	-	45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
Total em 31 de dezembro de 2023								1		3.946				
Total em 31 de dezembro de 2022								3.521		4.133		2.856		5.544

serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora, da Conta de Aporte e da Conta do Free Flow para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial ou ao Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço do Insumo; (ii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente; (iii) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; e (iv) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão. Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a 4% (quatro por cento) da Receita Bruta, com exceção das receitas do Free Flow, ao longo de todo o prazo da concessão. O banco depositário deverá transferir 50% (cinquenta por cento) da arrecadação da Conta do Free Flow, auferida por meio efetivo pagamento da tarifa cobrada no Trecho Metropolitano, para a Conta de Ajuste, sendo o restante transferido para a Conta de Livre Movimentação. **Casos de extinção:** Conforme cláusula 31 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia. **Reversão dos Bens:** Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a receita e o custo de construção totalizaram R\$1.019.481 (R\$74.311 em 31 de dezembro de 2022), não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão. A Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2023 para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	Previsão até o fim da concessão
Melhorias na infraestrutura	7.946.787
Conservação especial (manutenção)	4.020.487
Equipamentos	1.702.175
Total	13.669.449

**Seguros Contratados:** A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2023, as principais apólices e coberturas são conforme segue:

Natureza	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Operações (a)	31/12/2024	BMG	731.927
			731.927

**15. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS**

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 11,05% a.a. (6,26% em 31 de dezembro de 2022), correspondente ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês). Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCP-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	Adição - Intangível financeiro	Efeito financeiro	31/12/2023
Constituição da provisão para obras futuras	34.178	-	-	34.178
Efeito do valor presente sobre a constituição (a)	(20.681)	(6.204)	-	(26.885)
Atualização monetária	-	-	1.889	1.889
	13.497	(6.204)	1.889	9.182

Circulante

Não circulante	13.497	9.182
----------------	--------	-------

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a revisão da taxa de desconto utilizada na constituição inicial da provisão realizada em 31 de dezembro de 2023, passando de 6,26% para 11,05%.

	31/12/2021	Adição - Intangível financeiro	Efeito financeiro	31/12/2022
Constituição da provisão para obras futuras	-	34.178	-	34.178
Efeito do valor presente sobre a constituição	-	(20.681)	-	(20.681)
	-	13.497	-	13.497

**16. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS**

Saldos em 1º de janeiro de 2023

	Cíveis	Total
(+/-) Complemento de provisão	73	73
(-) Pagamentos	(43)	(43)
(+) Atualização monetária	5	5
Saldos em 31 de dezembro de 2023	35	35

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$27.193 em 31 de dezembro de 2023 (R\$59 em 31 de dezembro de 2022), oriundos de acidentes, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

**17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) **Capital social:** Em 31 de julho de 2023 foi deliberado a integralização do capital social da Companhia, nesta data, para fins de cumprimento da obrigação prevista no Contrato de Concessão, bem como nos termos previstos no Boletim de Subscrição constante da AGE 14 de julho de 2022, que tratou sobre a forma e condições de integralização das ações pela acionista Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., no valor de R\$358.714, representando por 358.713.549 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal respectivamente. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é de R\$834.487, representados por 834.487.461 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, respectivamente, todas pertencentes a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. Em 31 de dezembro de 2023, a parcela a integralizar é de R\$34.492 (R\$393.206 em 31 de dezembro de 2022). b) **Reserva legal:** É constituída com base em 5% do lucro líquido ajustado do exercício, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo é de R\$14.356 (R\$938 em 31 de dezembro de 2022). c) **Reservas de Lucro - Orçamento de capital:** Em 18 de setembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pelo pagamento de R\$13.363 à título de dividendos, com a consequente reversão da reserva de orçamento de capital, do exercício de 2022. d) **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram pagos R\$245.261 à título de dividendos e juros sobre o capital próprio, sendo: (i) R\$4.454 dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022; (ii) R\$189.946 dividendos intermediários do exercício de 2023; (iii) R\$37.498 juros sobre o capital próprio do exercício de 2023 (dos R\$41.285 contabilizados); e (iv) R\$13.363 descritos na Nota 17.c). O saldo de R\$3.787, registrado na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar", refere-se ao saldo remanescente de juros sobre o capital próprio do exercício de 2023. A Companhia tem expectativa de realizar o pagamento até 31 de dezembro de 2024. O cálculo da distribuição do resultado é conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	268.360	50.181
Prejuízo exercícios anteriores	-	(31.426)
Lucro líquido do exercício ajustado	268.360	18.755
Constituição de reserva Legal	(13.418)	(938)
Base de cálculo dos dividendos	254.942	17.817
Proposta da Administração:		
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(4.454)
Reserva de orçamento de capital	-	(13.363)
Dividendos intermediários	(189.946)	-
Juros sobre o capital próprio	(41.285)	-
Dividendos adicionais propostos (a)	(23.711)	-
(a) Os dividendos adicionais propostos estão sujeitos à aprovação na Assembleia Geral anual e não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2023.		

**18. RECEITA LÍQUIDA**

**Política contábil:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	127.605	17.422
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	398.981	45.653
Vale-pedágio	62.502	6.545
Outras	7.735	1.050
	596.823	70.670
Receita de construção (b)	1.019.481	74.311
Receita acessória (c)	366	-
Receita bruta	1.616.670	144.981
Deduções de receita	(49.123)	(5.815)
Receita líquida	1.567.547	139.166
	31/12/2023	31/12/2022
Base de cálculo de impostos	596.823	70.670
Receitas com arrecadação de pedágio	366	-
Receitas acessórias	597.189	70.670
Deduções		
Cofins (3%)	(17.916)	(2.120)
PIS (0,65%)	(3.882)	(459)
ISS (2% a 5%)	(27.008)	(3.219)
Abatimentos	(317)	(17)
	(49.123)	(5.815)

a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos. c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.

**19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

	31/12/2023
--	------------

**continuação**

**ECORIOMINAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**  
(Anteriormente denominada Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel)  
CNPJ/MF nº 29.884.545/0001-90 - NIRE 35.300.514.289

detalhado nas Notas 11, 12 e 14. (b) Disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa, conforme detalhado na Nota 5. (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. **Considerações gerais:** • A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras: são formadas por fundo de investimentos em renda fixa, remunerados à taxa média ponderada de 102% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103% em 31 de dezembro de 2022), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. • Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado. Valor justo de ativos e passivos financeiros Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

Classificação - custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a) .....	88.943	88.943
Clientes (b) .....	54.432	54.432
Aplicações financeiras (a) .....	23.996	23.996
Outros créditos - ANTT (e) .....	7.999	7.999
Passivos:		
Fornecedores (b) .....	112.369	112.369
Debêntures (c) .....	411.459	410.654
Passivo de Arrendamento (d) .....	2.271	2.757
Obrigações com Poder Concedente (c) .....	9.697	9.697

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. (b) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. (c) As obrigações com debêntures e Poder Concedente estão registradas ao custo amortizado na data do balanço. (d) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas de arrendamento. (e) O valor refere-se à retenção de 4% da receita destinadas para a Conta de Ajuste, a serem utilizadas eventualmente como mecanismo de reequilíbrio econômico-financeiro ao longo do contrato de concessão, conforme cláusulas contratuais. **Gestão de riscos:** A estratégia de gestão de riscos envolve quatro linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico..	Insegurança regulatória e política do contrato de concessão rentabilidade dos ativos e vulnerabilidades climáticas; Concorrência nas áreas de concessão, segurança ou interdição de infraestrutura existente, cibersegurança e paralização dos sistemas de infraestrutura críticos, capital humano, gestão da cadeia de suprimentos e subcontratados,
Operacional	cumprimento dos contratos de concessão e segurança viária; Risco de mercado, crédito, e premissas e estimativas contábeis e de planejamento financeiro e;
Financeiro...	Corrupção, fraude, integridade e não conformidade com Compliance, regulamentações do setor.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: A Gestão Holística - Nível Macro - tem caráter eminentemente estratégico, pois está intrinsecamente ligada a questões como missão, visão e objetivos empresariais, ambiente regulatório e competitivo, e capacidade financeira, visando também a compreensão integral dos riscos: considera o potencial impacto de todos os

tipos de riscos sobre todos os processos, atividades, stakeholders, produtos e serviços A Gestão Individualizada - Nível Micro - contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de riscos, principalmente vinculados aos processos da organização. Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Conformidade Legal, Socioambiental, Reputacional e Impacto Econômico No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo: a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros. (i) Risco de taxa de juros: O risco de taxas de juros e inflação da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A Companhia está exposta as principais variações: • Taxas de Inflação: Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relacionado às emissões de debêntures e reajustes tarifários das principais concessões rodoviárias e Índice Geral de Preços; • Mercado (IGP-M) da Companhia, relacionado às obrigações com o poder concedente; • Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relacionado às emissões de debêntures, as aplicações financeiras relativas à excedente de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI da Companhia; e • Taxa de juros de Longo Prazo (TJLP) e Câmbio relacionado aos financiamentos de máquinas e equipamentos e empreendimentos da Companhia. A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta Nota Explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com classificação de Risco "rating" AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$35.850 (R\$8.622 em 31 de dezembro de 2022), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar", registrados na rubrica "Clientes". c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	4 anos			
		1 ano	2 anos	3 anos	em diante
Debênture.....	CDI + 2,05% a.a.	- 485.816	-	-	-
Arrendamento a Pagar ...	Cfe contrato individual	750	727	595	685
		750	486.543	595	685

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$10.049 (ativo circulante de R\$187.819 e

passivo circulante de R\$197.868), principalmente decorrente de empréstimos e financiamentos, provisão para manutenção e outras contas a pagar de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento. **Análise de sensibilidade** - Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das debêntures e das aplicações financeiras contratados pela Companhia:

Operação	Juros a incorrer			
	Cenário I		Cenário II	
	Risco provável	Operação	Risco	
Juros de aplicações financeiras .	Alta do CDI	7.565	9.457	11.348
Juros sobre debêntures.....	Alta do CDI	(63.675)	(73.470)	(83.267)
		(56.110)	(64.013)	(71.919)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses. As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI .....	9,15%	11,44%	13,73%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados - dezembro/2023. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

**23. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota 5. b) Informações suplementares: As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. c) Transação que não envolvem caixa: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou as atividades abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2023	31/12/2022
Direito de Uso - CPC06 (R2) .....	2.822	-
Provisão para construção .....	(6.204)	13.497
Outros créditos - Conta reserva ANTT .....	6.121	1.878

**24. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitos. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

**25. EVENTO SUBSEQUENTE**

**Contratação de partes relacionadas:** Em 08 de março de 2024, a Companhia assinou contrato de prestação de serviços de construção civil, tendo por objeto a execução de obras do sistema rodoviário denominado Rio-Valadares, com a parte relacionada SPE ICCR Rio Minas S.A., pertencente a: (i) Itinerca Construções Ltda (50,1%), controlada indiretamente pela ASTM, que é acionista majoritária indireta do Grupo EcoRodovias; e (ii) Crasa Infraestrutura (49,9%), controlada indiretamente pelos Srs. Cesar Beltrão de Almeida, Denise Beltrão de Almeida Cassou, Marcelo Beltrão de Almeida e Maria Fernanda Beltrão de Almeida, pertencentes ao Grupo CR Almeida, que possuem em conjunto 16,2% de participação minoritária, direta e indiretamente do Grupo EcoRodovias. A vigência do contrato é de 7 anos a contar da data de assinatura, e o valor total do contrato é de R\$5.298.821.

Conselho de Administração	Diretoria
Membros Efetivos: <b>MARCELLO GUIDOTTI</b> (Presidente do CA) <b>RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES</b> <b>ROBERTO BORGES PAIVA</b>	Diretor Presidente - <b>ALBERTO LUIZ LODI</b> Diretor Superintendente e de Relações com Investidores - <b>JÚLIO CEZAR MOREIRA DE AMORIM</b> Contador: <b>HUGO RAFAEL MITZ</b> - CRC PR - 050369/O-4 'T' SP

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
**EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A.**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

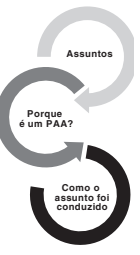
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<b>Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 18)</b> A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Além disso, o contrato de concessão estabelece algumas regras de descontos que devem ser aplicados aos usuários, que são aplicados de acordo com certas condições no momento da passagem do veículo no pedágio. Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita, além dos descontos que são aplicados a depender de certas condições.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem em sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia. Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia. Realizamos procedimentos de auditoria para recalculamos os descontos que são aplicados aos usuários de acordo com as regras estabelecidas no contrato de concessão, entre outros procedimentos. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.
<b>Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 9)</b> Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 1.151.656 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.	Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração. Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

**Outros assuntos**

**Demonstração do Valor Adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
  - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
  - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2024



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando  
Contador CRC 1SP217518/O-7